

751
bab



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA
CÂMARA DE RPPN - CRPPN

Data: 04/09/2014

Assunto: Reunião Ordinária da CRPPN

Local: Sala de reuniões do Programa Reflorestar

Presentes:

NOME	SETOR	TELEFONE
Catarina Boina	CCA	6-2569
Jorge Siqueira	ASSJUR	6-2533
Sérgio Martins (Lobão)	COGEO	6-2520
Silvia A. C. Sardenberg	GRN	6-2570

Apresentação/Debate:

A reunião iniciou-se às 9h com Silvia lembrando aos presentes que a reunião ordinária de agosto não ocorreu devido a outras demandas.

Em seguida Silvia fez a leitura das atas das reuniões ordinárias de maio e julho que foram aprovadas pelos presentes.

Tendo em vista a leitura da ata de maio, na qual é informado que foi encaminhado por REP o Plano de Trabalho de aplicação do recurso da Compensação Ambiental referente ao licenciamento do CTR-Colatina, Catarina solicita que seja registrado que a CCA encaminhará ofício à SEDURB (ente responsável pelo licenciamento do CTR-Colatina) solicitando que a execução do recurso seja realizada por meio de descentralização orçamentária.

Silvia aproveitou o momento e justificou a ausência da Aline Alvarenga, que informou estar impossibilitada de participar em virtude de ter aula do mestrado no mesmo dia e horário.

Seguindo a pauta, Silvia iniciou os relatos sobre os processos de criação:

- **RPPN Lajinha:** tendo em vista a verificação, após informação do Cartório de Registro de Imóveis, de que a propriedade foi doada para os filhos do Sr. Orlando Bragatto, Silvia informa que irá encaminhar os autos desse processo para a AssJur para nova análise documental;

- **RPPN Monte Verde:** Silvia relata ter sido questionada sobre o andamento do processo pela Secretária Diane Rangel e por isso traz o assunto para a reunião. Ela questiona Lobão se a empresa proprietária da área se manifestou quanto ao email encaminhado em 21 de julho de 2014. Ele informa que chegou a conversar com o topógrafo responsável pelo geo mas até o momento desta reunião não recebeu nenhuma nova informação.

- **RPPN Dutra Pimenta:** Silvia informa ter encaminhado novo ofício para os proprietários informando a necessidade de anuência do ente financiador. Entretanto faz uma ressalva quanto a necessidade das análises serem completas desde o primeiro momento para que a comunicação com os proprietários seja a mais efetiva possível.

- **RPPN Afonso Cláudio:** Silvia apresenta o histórico do processo. Informa que em 2010 a CRPPN recebeu uma documentação referente a criação dessa RPPN. Entretanto, no momento da análise, foi verificado que a mesma não atendia ao decreto e não foi formalizado processo. Em 2013 foi encaminhado ofício (ofício nº 398-2013 – GRN/DT/IEMA) para a CESAN relatando o não cumprimento do ofício IEMA/GRN nº 093/2010, citando inclusive os documentos ausentes. Em fevereiro de 2014 foi feita reunião com representantes da empresa na qual foram sanadas as dúvidas referentes ao processo de criação da RPPN. Naquele momento a empresa se comprometeu a apresentar documentação necessária para a abertura do processo de criação. Essa documentação é a

ab



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA

presente nas folhas 01 à 20 do processo nº 6690-0247. Pelo exposto entende-se que é essa a documentação a ser analisada e por isso retorna à AssJur para nova análise.

O próximo ponto de pauta é sobre a extração de madeira já morta do interior de RPPN. Sílvia relata que a solicitação ocorreu por meio de email recebido em 09/07/2014 e se refere à área proposta para a criação da RPPN Lajinha. Alguns pontos foram colocados pelos presentes conforme segue:

- a RPPN ainda não está formalmente criada, tendo em vista a doação feita pelo Sr. Orlando aos filhos, ou seja, a RPPN ainda não existe de direito, apesar da proteção da área existir de fato;

- de acordo com email encaminhado à Drª Sônia Wiedmann, questionando o assunto, a mesma respondeu que não via problema pelo fato da madeira estar desvitalizada;

- tendo em vista que o discurso para a criação da RPPN sempre foi de que não se pode retirar nada da mata com essa proteção, a autorização para esse tipo de extração poderia gerar conflitos com outros proprietários ou herdeiros, prejudicando a fiscalização e a conservação da área;

- tendo em vista que a criação da RPPN visa a conservação de toda a floresta, inclusive de seus ciclos naturais, a retirada da madeira desvitalizada iria afetá-los;

- sendo a RPPN, pelo SISEUC, uma Unidade de Conservação de Proteção Integral não se pode fazer qualquer uso direto da área.

A partir desse ponto surgiu a dúvida: permitir a extração de madeira, mesmo desvitalizada, seria um uso direto ou indireto? Segue encaminhamento.

O próximo ponto de pauta é o recebimento dos processos de criação de RPPN pelo IDAF. Sílvia apresenta os mesmos e questiona Lobão se a parte de GEO está inserida no site do IEMA. Lobão responde afirmativamente. Sílvia relata que os processos recebidos foram os já finalizados, restando um a ser enviado que ainda tramita dentro do citado instituto.

O próximo ponto de pauta é relativo ao processo da RPPN Vale do Sol. Após o proprietário solicitar nova avaliação da área, foi verificado que a área da RPPN é de 70,06ha, e não de 67,52ha, e por isso foi encaminhado novo Termo de Compromisso para que a averbação fosse corrigida. Entretanto foi protocolada nova documentação, informando que as matrículas foram unificadas. Segue encaminhamento.

Como último ponto de pauta, Sílvia informa aos presentes que dentro das obrigações criadas pelo Decreto Estadual 3.384-R/2013 está a divulgação das RPPN para os entes públicos federais e estaduais e que essa demanda entrou no planejamento da CRPPN para 2014. Por isso, Sílvia solicita ao Lobão que seja encaminhada uma tabela com o Ponto Central de cada RPPN reconhecida pelo Estado do Espírito Santo.

Deliberações/Encaminhamentos:

- **Processos de criação:**

- **RPPN Lajinha** (nº 4534-6259): AssJur fará nova análise documental tendo em vista a doação da propriedade para os filhos.

- **RPPN Monte Verde** (nº 6584-1239): aguardando retorno do email encaminhado em julho de 2014 sobre alguns pontos de conflito do material de geo.

- **RPPN Dutra Pimenta** (nº 6646-3122): aguardando anuência do ente financiador.

- **RPPN Afonso Cláudio** (nº 6690-0247): AssJur fará nova análise documental tendo em vista que a documentação nova se encontra entre as folhas 01 à 20 do processo.

- **Extração de madeira desvitalizada:**

752
bub

bub

753
ocb



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA

Silvia irá encaminhar novo email à Dr^a Sônia Wiedmann questionando o entendimento (uso direto e indireto) e o embasamento legal para a permissão de retirada de madeira desvitalizada de dentro de RPPN.

- **RPPN Vale do Sol (nº 4210-7490):**

Silvia encaminhará o processo para a COGEO – Lobão, para análise tendo em vista a unificação das matrículas.

- **Divulgação das RPPN – Planejamento CRPPN/2014:**

Lobão irá encaminhar tabela com os pontos centrais de cada RPPN conforme solicitado.

Sem mais para o momento, Silvia encerrou a reunião às 10hs 30min.
A próxima **reunião ordinária** será dia **09/10/2014 (5ª feira) às 9hs.**

Em 04/09/2014

Responsável pela ata: Silvia Sardenberg